

# **FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL: UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO NA UNIGRANRIO.**

Deildo Jacinto dos Santos<sup>1</sup>

Diego Tabosa da Silva<sup>2</sup>

## **RESUMO**

Este artigo apresenta uma breve análise sobre os fundamentos históricos do serviço social no Brasil e como a trajetória da profissão no país se desenvolveu até que o tradicionalismo desta categoria viesse a ser questionado e forjando uma nova postura desses atores sociais. Destaca-se nessa explanação a caracterização do projeto profissional do serviço social, que a partir do final dos anos de 1970 se apresenta como um elemento norteador da profissão no país. Neste sentido, debateremos de que forma o curso de serviço social da Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO desenvolve ações que possibilitam não apenas o debate teórico acerca deste projeto, mas, sobretudo ações concretas que o realizem. As reflexões apresentadas neste artigo têm como base, uma revisão de literatura sobre os fundamentos históricos da profissão de serviço social no Brasil e sobre o projeto ético-político profissional, bem como uma análise do projeto pedagógico do curso de serviço social da UNIGRANRIO e as atividades desenvolvidas nesta Universidade. Assim este artigo representa o resultado da vivência e indagações levadas aos os autores – assistentes sociais e professores do Curso de Serviço Social – pelos seus discentes.

**PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Fundamentos históricos; Projeto ético-político.**

## **ABSTRACT**

This article presents a brief analysis of the historical foundations of social work in Brazil and how the trajectory of the profession in the country has developed to the traditionalism of this category were to be questioned and forging a new position of these social actors. It is noteworthy that explanation characterizing the professional design of social service, which from the late 1970s is presented as a guiding element of the profession in the country. In this sense, we will discuss how the social work course at the University of Rio Grande - UNIGRANRIO develops actions that enable not only the theoretical debate about this project, but above all concrete actions that realize it. The reflections presented in this article are based on a literature review on the historical foundations of social work profession in Brazil and the professional ethical-political project, as well as an analysis of the education program of the social service course of UNIGRANRIO and activities developed in this University. So this article is the result of experience and questions brought to the authors - social workers and teachers Course of Social Service - for their students.

**KEYWORDS: Social Work; Historical foundations; Ethical-political project.**

---

<sup>1</sup> Assistente Social, graduado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Docente do Curso de Serviço Social da UNIGRANRIO, Diretor do CRAS Germinal Domingues – SMDS – da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. E-mail: deildo.santos@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Docente do Curso de Serviço Social da UNIGRANRIO, Coordenador do CREAS Guapimirim – SMASDH de Guapimirim/RJ. E-mail: tabosa.diego@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O presente texto constitui-se numa breve reflexão acerca dos fundamentos históricos do serviço social brasileiro e como esta profissão ao longo dos anos amadureceu e construiu o seu projeto profissional, que é conhecido como o projeto ético-político do serviço social brasileiro. Assim, diante da importância e da emergência do debate, fomos motivados a refletir sobre a centralidade e transversalidade do tema para uma formação crítica em serviço social.

Neste artigo enfocaremos o desenvolvimento histórico do serviço social e como a profissão traça um caminho que culmina na idealização de um projeto para a categoria profissional que firma seu empenho em construir uma nova ordem societária.

A relevância deste assunto está num contexto de franco debate acerca da viabilidade desse projeto no âmbito profissional, bem como, nas polêmicas geradas acerca de sua materialização.

Partimos do entendimento de que para a efetivação desse projeto, devemos ter como premissa o uso do instrumental do projeto ético-político na formação profissional seja no âmbito da academia, seja no campo prático da profissão desde o estágio até o efetivo exercício técnico profissional. Não se pode vislumbrar a sua aplicação sem o conhecimento a fundo do que ele representa e de como foi constituído, mas ainda, precisamos demarcar os fundamentos que constituem a intervenção profissional do assistente social, para que consigamos identificar elementos nos espaços sócio-ocupacionais que nos remetam à práticas (neo)conservadoras e demandas que sejam contrárias ao que é pautado pelo projeto profissional do serviço social.

Conforme Netto (1999, p. 104-5 apud Braz, 2005) o projeto ético-político profissional “tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central, sendo esta liberdade concedida historicamente, com possibilidades de escolhas e alternativas num compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais e busca de construção de uma sociedade sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”, logo, esse projeto se coloca como um elemento para contínua contestação da ordem vigente, e se enfrenta cotidianamente com os desafios que lhe são sucessivamente impostos.

Compartilhamos esse texto com o corpo discente e docente do curso de Serviço Social da Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO que instigaram nosso desejo em refletir sobre conteúdo tão importante. Seja na nossa atividade acadêmica, seja na intervenção direta na Política de Assistência Social, somos, a todo o momento, confrontados a dar respostas que necessitam de uma compreensão social ampliada, pautada em uma leitura de realidade a partir da teoria social crítica.

Desta forma conseguiremos contribuir para a efetivação de direitos sociais e podemos vislumbrar possibilidades de realização do projeto hegemônico do serviço social brasileiro, entendendo que é na formação que iniciamos uma aproximação a este projeto, e nessa mesma formação este projeto pode se fortalecer e criar mecanismos reais para sua plena materialização, entendendo que o serviço social é uma profissão que pode contribuir com a alteração da ordem social vigente, mas não a única, afinal, como nos informa Cardoso (2013, p. 78) os projetos críticos, como o é o do serviço social, “só ganham força na sociedade quando extrapolam os limites das categorias profissionais, estando vinculados aos valores, finalidades e projetos societários maiores, como os dos movimentos sociais e dos trabalhadores”.

O curso da história nos permite observar que em tempo de crise o projeto burguês de sociedade cria estratégias para manter sua hegemonia. Estrategicamente precisamos identificar qual o rumo dar a nossa ação profissional, tendo em vista que não apenas o projeto profissional de caráter emancipatório, mas, a própria história, está em construção a cada alvorecer, exigindo que sejamos então sujeitos protagonistas na construção de uma nova perspectiva em sociedade.

## **FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: ORIGEM E INSTITUCIONALIZAÇÃO**

No Brasil, o surgimento do Serviço Social – e sua institucionalização – atravessa as décadas de 1930 e 1940, e que não pode ser entendido como um acontecimento isolado ou natural. Pelo contrário, deve ser considerado o resultado

de dois processos que, autorrelacionados, geraram as condições sócio-históricas necessárias para que a profissão se constituísse e traçasse seu percurso histórico.

O primeiro processo é o redimensionamento do Estado – consequência da fase monopólica do capital. Compartilhamos com Netto (2009) o entendimento de que o Estado intervém no processo econômico desde a ascensão da burguesia, mas que, no capitalismo monopolista, essa intervenção muda estrutural e funcionalmente. Isto é, “no capitalismo monopolista, as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas” (Netto, 2009, p. 25). Nesta mesma compreensão, Forti (2013) se expressa que

Nisso temos a evidência da(s) política(s) como elemento funcional, estratégico da ordem monopolista, por constituir(em) a resposta necessária aos interesses da burguesia e à consequente necessidade de legitimação do Estado burguês face as “novas” configurações dos conflitos de classe, suscitados por essa ordem do capital e pela consequente conformação política dos movimentos operários – mecanismo tomado como eficiente para aplacar os conflitos que ameaçam pôr em xeque a ordem societária estabelecida, ou seja, os antagonismos da relação capital/trabalho, objetivados nas múltiplas e tipificadas expressões da “questão social” (FORTI, 2013, p. 51).

O segundo processo que devemos destacar é a busca pela recuperação da hegemonia ideológica da Igreja Católica, através do fortalecimento da chamada Ação Católica e, por conseguinte, a Ação Católica Brasileira (ACB). Aguiar (2011) nos informa que a missão da Ação Católica é divulgar a doutrina da Igreja, buscando uma reforma social – ação que deve empenhar-se na reconstrução da sociedade. Posição compartilhada também por Iamamoto (2013)

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no “mundo temporal”, nos inícios da década de 30. Na tentativa de recuperar áreas de influências e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procura superar a postura contemplativa (IAMAMOTO, 2013, p. 18).

No início dos anos de 1930, o Brasil vivenciou uma revolução que trouxe ao poder Getúlio Vargas. As oligarquias de Minas Gerais e São Paulo se alternavam no

poder, mantendo na presidência da república líderes políticos que defendiam seus interesses. Na eleição de 1930, os paulistas apresentaram um candidato, interrompendo o “rodízio” entre os estados – esse período ficou conhecido, na história brasileira, como a política do café com leite. O candidato paulista vence as eleições, mas políticos gaúchos, mineiros e paraibanos não ficaram satisfeitos com o resultado do pleito, que tinha indícios de ter sido fraudulento. Após alguns conflitos, uma junta militar depõe o presidente e, em seguida, transfere para Getúlio Vargas o comando do país. Neste sentido, Forti nos diz que

O Estado tomou a dianteira no comando da política econômica e social, alicerçando a ampliação e consolidação das bases industriais no país. Vargas assumiu luta em prol do declínio do poder oligárquico e da construção das bases para o surgimento de um poder burguês industrial (FORTI, 2013, p. 97).

O movimento político ocorrido no Brasil em 1930 – também chamado de Revolução de 30 – inaugura um período de intervenção social da Igreja nunca antes visto. A partir da queda da República Velha, a Igreja busca uma reaproximação com o Estado. Na tentativa de recristianizar a sociedade e colocar em prática as diretrizes das encíclicas papais, a Igreja brasileira conta com alguns líderes. De acordo com Aguiar (2011) um deles se destaca “dada sua capacidade de liderança e a de ser bispo na então capital da República”; trata-se de D. Leme. Esse líder da Igreja Católica no Brasil vai desenvolver ações voltadas para “a formação do laicato, a conquista dos intelectuais, a criação da Universidade Católica do Rio de Janeiro e a aproximação com o governo”.

A hierarquia organiza, em 1931, duas grandes demonstrações de força na capital da República, através das quais irá mostrar ao novo regime sua indispensabilidade e estipular o preço de seu apoio. A primeira se dará em maio, a pretexto da entronização de N. S. Aparecida – proclamada pelo papa como padroeira do Brasil. Diante de uma imensa multidão, a hierarquia, na pessoa de Dom Leme, reafirmará a noção de Nação Católica e o seu direito ao exercício da influência como intérprete e guia da imensa maioria católica da população brasileira. Em outubro, na inauguração do Cristo Redentor, com a presença de quase toda a hierarquia e dos principais representantes do Estado [...] O governo multiplicará suas demonstrações de receptividade e boas intenções para com a Igreja, acenando-lhe com a volta dos antigos privilégios e o acréscimo de outros tantos (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008, p. 156).

O que buscamos explicitar é que, desde as primeiras décadas do século XX, a sociedade se depara com as expressões da “questão social” e com necessidade de administrá-la. As atividades da caridade tradicional ganham uma nova conformação e certo caráter organizativo, contando com famílias da burguesia paulista e carioca, que passam a contar com o aporte do Estado, o que possibilita realizar obras sociais mais abrangentes. Podemos destacar o surgimento de duas instituições assistenciais, em 1920, no Rio de Janeiro, a Associação das Senhoras Brasileiras e, no ano de 1923, a Liga das Senhoras Católicas, em São Paulo. Essas instituições surgem dentro do movimento de reação católica e visam atender algumas demandas oriundas do processo de desenvolvimento capitalista. Essas ações podem ser consideradas como o embrião do Serviço Social brasileiro.

A importância dessas instituições e obras, e de sua centralização, a partir da cúpula da hierarquia, não pode ser subestimada na análise da gênese do Serviço Social no Brasil. Se sua ação concreta é limitada, se seu conteúdo é assistencial e paternalista, será a partir de seu lento desenvolvimento que se criarão as bases materiais e organizacionais, e principalmente humanas, que a partir da década seguinte permitirão a expansão da Ação Social e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008, p. 167).

As ações se tornam cada vez mais organizadas e outros grupos e associações surgem nesse cenário e, preocupados com a formação de seus componentes, elaboram cursos e semanas de estudos. De um curso intensivo realizado em São Paulo por um grupo de moças religiosas de Santo Agostinho, preocupadas com a “questão social”, surge o Centro de Estudos e Ação Social – CEAS. Aguiar (2011) diz que esse “curso foi dirigido por Mademoiselle Adèle Loneaux, professora da École Catholique de Service Social de Bruxelas”. Para Castro,

O CEAS foi o considerado como o vestibulo da profissionalização do Serviço Social no Brasil [...] o trabalho de organização e preparação dos leigos se apoia numa base social feminina de origem burguesa, respaldada por Assistentes Sociais belgas que ofereceram a sua experiência para possibilitar a fundação da primeira escola católica de Serviço Social (CASTRO, 2011, p. 102).

As ações do CEAS se desenvolvem e ganha vulto na sociedade, orientando suas atividades para uma formação técnica especializada, visando difundir a

doutrina social da Igreja. Para isso, atua diretamente junto ao proletariado. Segundo Iamamoto (2013) e Aguiar (2011), no ano de 1932, o CEAS envia para a Bélgica duas de suas fundadoras, para que essas estudem a organização e o ensino do Serviço Social. Até que, no dia 15 de fevereiro de 1936, instala-se, no Brasil, a Escola de Serviço Social de São Paulo, a primeira do país.

Assim como ocorria em outras cidades, naquela época, a capital federal realiza em 1936, pela primeira vez, a Semana de Ação Social. A dinâmica constitutiva da cidade do Rio de Janeiro, por seu desenvolvimento econômico, importância política e diversidade de serviços, faz com que haja uma maior participação das instituições públicas nas ações assistenciais. Nesse ano, ainda, realizam-se o “primeiro curso intensivo de Serviço Social com duração de 3 meses” e também um curso prático de Serviço Social, que já apresenta um caráter de difusão do conhecimento, visto que conta com a participação das “duas primeiras Assistentes Sociais paulistas, recém-formadas na Bélgica”.

É por iniciativa do Grupo de Ação Social, e assim como a escola paulista, alinhada com a preocupação da Igreja em tornar-se força normativa da sociedade que, em 1937, no Rio de Janeiro, é fundado o Instituto de Educação Familiar e Social, composto pelas Escolas de Serviço Social e Educação Familiar. Em poucos anos, outros cursos são criados:

[...] em 1938, a Escola Técnica de Serviço Social, por iniciativa do Juízo de Menores, e em 1940, é introduzido o curso de Preparação em Trabalho Social na Escola de Enfermagem Ana Nery (escola federal). Em 1944, a Escola de Serviço Social, como desdobramento masculino do Instituto Social (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008, p. 181).

As experiências de São Paulo e do Rio de Janeiro foram determinantes para o desenvolvimento do Serviço Social brasileiro e exerceram forte influência no surgimento de outras escolas por todo o país.

Esse breve resgate histórico nos permite destacar a impossibilidade de pensarmos a origem do Serviço Social brasileiro desvinculada da ação da Igreja Católica e da sua estratégia de adequação das mudanças econômicas e políticas que alteravam a face do país naquele período. Estamos focalizando uma profissão que surge para dar respostas à “questão social” e ao movimento operário e popular.

Portanto, o Serviço Social, com um posicionamento moralizador em face das expressões da “questão social”, captando o homem de maneira abstrata e genérica, configurou-se como uma das estratégias concretas de disciplinamento e controle da força de trabalho, no processo de expansão do capitalismo monopolista. Essa concepção conservadora, não jogando luz sobre a estrutura societária, contribuiu para obscurecer para os Assistentes Sociais, durante um amplo lapso de tempo, os determinantes da “questão social” e caracterizou uma cultura profissional acrítica, sem um horizonte utópico que os impulsionasse para o questionamento e às ações consequentes em prol da construção de novos e diferentes rumos em face das diretrizes sociais postas e assumidas pela profissão (FORTI, 2013, p. 99).

Nos anos 1940, o Serviço Social brasileiro, que até então possuía formação europeia – principalmente da escola belga –, começa a sofrer influências estadunidenses. Essa influência é fruto de um processo mais amplo que envolve aspectos políticos, econômicos e culturais. O governo dos Estados Unidos da América inicia uma série de investidas, buscando ampliar suas bases comerciais na América Latina. Assim, foram firmados alguns acordos, entre eles o intercâmbio do Serviço Social daquele país com o latino-americano. Essa experiência provocou uma alteração na prática profissional, pois incorporou as técnicas de caso, grupo e comunidade. Além da incorporação de conteúdo técnico e metodológico, a influência americana se dá através das ideias funcionalistas que se conjugam com o neotomismo presente, até então, na profissão. Para o Serviço Social, isso significava a não percepção “do antagonismo entre as classes sociais, apagando do conteúdo dos conhecimentos em debate os conflitos, as contradições, ou melhor, os fundamentos da ‘questão social’” (FORTI, 2013, p. 101).

## **FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: OS CAMINHOS DA RENOVAÇÃO**

O período compreendido entre os anos de 1940 até meados da década 1960 significou, para o Brasil, um momento de considerável crescimento econômico. Nos países latino-americanos, emerge a ideia do desenvolvimentismo, entendido como uma possibilidade de superação do subdesenvolvimento presente nos países da região. No Brasil, os planos desenvolvimentistas não alcançaram os resultados esperados. O desejo do desenvolvimento econômico com justiça social não se

concretizou e o que podemos observar é a forte presença de capital estrangeiro no país, entendida como necessária para o desenvolvimento nacional. O que se observa, em verdade, é a construção de uma indústria no Brasil e não uma indústria do Brasil. O surgimento de uma economia urbano-industrial traz à tona a necessidade de entidades assistenciais para atender às demandas postas e controlar as lutas sociais.

As grandes instituições assistenciais desenvolvem-se num momento em que o Serviço Social, como profissão legitimada dentro da divisão social do trabalho [...] é um projeto ainda em estado embrionário; é uma atividade profundamente marcada e ligada à sua origem católica, e a determinadas frações de classes, as quais ainda monopolizam seu ensino e prática. Nesse sentido, o processo de institucionalização do Serviço Social será também o processo de profissionalização dos Assistentes Sociais formados nas Escolas especializadas [...] O Serviço Social reaparece modificado, dentro do aparelho de Estado e grandes instituições assistenciais, guardando, contudo, suas características fundamentais. [...] o Serviço Social mantém sua ação educativa e doutrinária de “enquadramento” da população cliente (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008, p. 309-310, grifos do autor).

Para o Serviço Social brasileiro, os anos 60 do século XX representaram o início de um processo de reformulação global que se prolongará por, pelo menos, três décadas, suscitando um redimensionamento e um amadurecimento profissional indubitável. Esse processo não está finalizado, como explicita Ortiz (2010), “está em curso [...] um processo de construção de uma nova imagem para o Serviço Social brasileiro, iniciado em meados dos anos 60”.

Nessa época, na América Latina, surge o Movimento de Reconceituação, que pode ser considerado como “um marco decisivo do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente” e que explicita uma preocupação dos profissionais em repensar a estrutura excludente do capitalismo. O Movimento de Reconceituação, como aponta Netto (2010), “é, sem qualquer dúvida, parte integrante do processo internacional de erosão do Serviço Social ‘tradicional’”.

Assim, a Reconceituação questionava o papel dos Assistentes Sociais no processo de superação da condição de subdesenvolvimento dos países latino-americanos em um cenário no qual os projetos desenvolvimentistas nacionais de corte democrático-liberal davam claros sinais de ineficácia e incompatibilidade com os

reais interesses e necessidades da população [...]. Questionavam, portanto, a condição e a posição dos países latino-americanos no contexto de dominação burguesa, esta fundamentada no grande monopólio internacional. Ou seja, pode-se afirmar que a Reconceituação foi, indubitavelmente, um fenômeno organicamente vinculado à conjuntura da sua época marcada mundialmente por uma crise sem precedentes da ordem capitalista em sua fase monopólica (ORTIZ, 2010, p. 162).

É durante esse período, em que se inicia o Movimento de Reconceituação, que o Serviço Social se aproxima da tradição marxista. Entretanto, o Serviço Social desenvolveu uma relação, nas palavras de Ortiz (2010), “sensivelmente instrumental” com o marxismo, pois extraiu dele os conhecimentos “para a compreensão ideopolítica da sociedade”, sem considerá-lo um referencial para a leitura da realidade na sua totalidade. O Movimento de Reconceituação foi alvo de crítica por parte dos “conservadores”, a qual, entre outros aspectos, afirmava que o movimento levou a uma desorientação profissional, foi dirigido a um grupo pequeno de Assistentes Sociais e não conseguiu elaborar estratégias concretas de ação sobre a realidade, configurando-se, assim, como um projeto idealista. Mesmo com as críticas direcionadas a esse processo, devemos destacar que foi a partir dele que

[...] surgiram elaborações teórico-práticas que se desdobraram e romperam a hegemonia do conservadorismo na profissão, possibilitando, inclusive, a construção de um referencial ético que não mais preconizou valores assentados em interesses individuais ou de grupos particulares (FORTI, 2013, p. 103).

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano se vê diante de ditaduras burguesas no continente, que visavam uma modernização conservadora das economias locais, ou seja, objetivavam a manutenção da ordem imperialista do capital. No Brasil, no ano de 1964, ocorre uma ditadura militar. Esse fato, segundo Cardoso (2013, p. 129-130), “fez com que a influência da Reconceituação no Brasil tivesse características distintas do restante da América Latina”, pois as possibilidades concretas de participação ativa dos brasileiros nesse processo foram minadas.

O golpe de 1964 é o desfecho de um processo iniciado anos antes de João Goulart assumir o cargo de presidente da república. O presidente João Goulart – Jango, como era conhecido – chega ao poder após a renúncia do então presidente

Jânio Quadros. Os anos de João Goulart no comando do país serão conturbados e dotados de oscilações no campo econômico, visando atender aos mais diversos interesses.

O Brasil vivenciava um momento de tensionamento político e econômico: Jango tentava implementar as reformas de base em uma direção nacionalista, sendo questionado pela burguesia nacional e veementemente contraposto pelos latifundiários, os índices inflacionários eram altíssimos, ocorria rigidez de pauta para exportações e fechamento da economia para o capital estrangeiro; explicitava-se a luta de classes. Mesmo longe de significar uma possibilidade concreta de reversão da ordem capitalista, os interesses do capital nacional e internacional foram colocados em jogo, e a explicitação da luta de classes apontou para a possibilidade de organizações que levassem a processos pré-revolucionários (CARDOSO, 2013, p. 126).

O que se explicita nesse momento é uma aliança entre diversos setores da sociedade, cada um com uma motivação, mas todos com o objetivo de evitar o avanço de correntes revolucionárias contrárias ao desenvolvimento capitalista. Para Netto, uma contrarrevolução preventiva tem três finalidades:

[...] adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar, em todos os quadrantes, as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo (NETTO, 2010, p. 16).

Muitas são as transformações sofridas pela sociedade brasileira com a instauração do regime militar. A repressão e a violação de direitos para a manutenção da ditadura é, sem dúvida, o aspecto mais triste desse cenário. É erguido, após o golpe de 1964, um Estado que tem como função assegurar a reprodução do grande capital. Tem-se a instauração de um Estado “antinacional e antidemocrático”, que passa a enfrentar a “questão social” não apenas com repressão, mas também com políticas sociais compensatórias.

Esse ambiente promove profundas alterações também no âmbito do Serviço Social, que se vê diante de novas demandas. Ainda que a requisição continue sendo executar políticas sociais para atender à funcionalidade do Estado e das elites, uma

novidade lhe é posta, a exigência de uma atuação profissional realizada com “caráter técnico e científico, que dê conta da burocracia estatal e dos investimentos privados”, como a referência de Cardoso (2013, p. 133).

Aos assistentes sociais, são apresentados espaços de atuação redimensionados, o Estado, as empresas multinacionais e a filantropia privada. Com a ampliação de um mercado nacional para os assistentes sociais, ocorre uma modificação tanto na prática quanto na formação desses profissionais. O Serviço Social começa a romper com o que praticava até o momento e passa a apresentar polêmicas, heterogeneidade nas propostas interventivas, busca por uma elaboração teórica mais consistente e, principalmente, apresenta sua laicização. Sumariamente, podemos mencionar que se coloca em curso, no Serviço Social brasileiro, um processo de renovação, que se desenvolve a partir do pós-64 até meados da década de 1980, apresentando três direções e/ou projetos profissionais. São elas: a perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo – ou fenomenológica – e a intenção de ruptura.

A renovação do Serviço Social é, portanto, fruto de um processo histórico que possibilita o pluralismo no seio do Serviço Social, ao encontrarmos a diversidade no que diz respeito às maneiras de enfrentar a realidade social, de compreender a questão social e o próprio Serviço Social. Diversidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa na profissão: do modo de pensar, fazer e escolher (CARDOSO, 2013, p. 135).

A primeira expressão desse processo de renovação é a perspectiva modernizadora, que se configura, como o nome sugere, em adequar o Serviço Social conservador às exigências do momento histórico vivido pelo Brasil. É, portanto, uma tendência de agrupar novas bases técnicas e científicas ao fazer profissional, sem, no entanto, romper com as bases do surgimento da profissão.

A tendência da atualização do conservadorismo é aquela que recupera os elementos mais tradicionais da profissão, retomando a vinculação com a doutrina social da Igreja e a ênfase numa intervenção profissional microscópica, com ênfase na centralidade da pessoa e na ação por meio da ajuda psicossocial. Apesar de propor uma direção política e ética igual à defendida pelo Serviço Social tradicional e por sua vertente modernizadora, o projeto de atualização se difere pela proposição

de uma dimensão teórico-metodológica pautada na ajuda psicossocial, em busca da “transformação” – ou ajustamento – da subjetividade do sujeito.

A última das perspectivas apresentadas está vinculada, diferente das anteriores, a uma “crítica sistemática ao desempenho ‘tradicional’ e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos.” (NETTO, 2010). Essa vertente se coloca em discussão no seio profissional, não por acaso, no início dos anos 1980. Nesse período, a participação popular em movimentos contrários ao regime militar se massifica, os movimentos estudantil e sindical ganham vulto e aquela proposta de Estado ditatorial começa a dar sinais de superação. Comprometido com uma proposta alternativa ao projeto hegemônico capitalista, o Serviço Social, na sua vertente crítica, associa-se a grupos sociais e partidos políticos que partilham do mesmo desejo de transformação societária. Para isso, a profissão adota, como dimensão teórico-metodológica, o marxismo, e se coloca eticamente favorável à ideia de emancipação humana. Assim, o Serviço Social rompe – ou se propõe a romper – com o conservadorismo tradicional e elabora um aparato jurídico, normativo e político alinhado a esta nova fase profissional.

Esse referencial crítico em relação à sociedade do capital depurou-se e atualmente busca assegurar valores que se dirijam à legitimação de práticas que contribuam para a construção de uma nova ordem societária, uma ordem cuja lógica não seja a contradição gênero/indivíduo e tampouco o primado da mercantilização na vida social (FORTI, 2013, p. 105).

O Serviço Social brasileiro passou por diversas alterações ao longo das últimas décadas. Devemos destacar que, dos quase oitenta anos de profissão no país, os últimos trinta anos registram amadurecimento do posicionamento crítico ao projeto capitalista de sociedade. Ao mesmo tempo, as transformações seguidamente implementadas pelo capital, para a manutenção de sua hegemonia, colocam desafios constantes e cada vez mais complexos aos assistentes sociais, que precisam a todo o momento criar estratégias de intervenção que materializem a construção profissional histórica de emancipação da classe trabalhadora.

## **PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: SUA CARACTERIZAÇÃO.**

Como vimos na sessão anterior, o serviço social brasileiro, ao longo de sua trajetória histórica, transformou a finalidade de sua ação, ou seja, a profissão elaborou novas respostas às demandas da realidade concreta que lhes foi apresentada. Assim, podemos empreender que os assistentes sociais brasileiros a partir da década de 1980, projeta sua ação buscando fortalecer as lutas da classe trabalhadora.

A práxis profissional é perpassada por algumas dimensões, por exemplo, ao dirigir sua ação com uma finalidade específica, requer do assistente social um entendimento de sua dimensão política e interventiva. Sobre esta dimensão lamamoto (2013, p. 142) nos lembra de que para entender a prática profissional, torna-se necessário inseri-la no jogo das relações de classes sociais e de seus mecanismos de poder econômico, político e cultural, sem perder de vista as particularidades de uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho.

Na sociedade capitalista, a divisão do trabalho é social e técnica. É social no que se refere ao lugar que cada um está no processo de produção e reprodução: a divisão das classes sociais, a burguesia e o proletariado. [...] É técnica no que se refere ao tipo de trabalho que é realizado: material ou intelectual. Diz respeito ao lugar que determinada profissão se encontra na especialização do trabalho coletivo. (Cardoso, 2013, p.70-71)

Forti e Coelho (2015, p. 20) enfatizam que na sociedade de classes, devido à diversidade de interesses individuais ou de grupos nascem projetos societários diversos, inclusive podendo se contrastar ou serem antagônicos. Corroborando, Braz (2005) entende que são projetos que contêm diferentes concepções de sociedade, por conseguinte, de homem, de Estado e de finalidade dos sujeitos coletivos. O autor ressalta que os projetos profissionais, por sua natureza, não são construídos de maneira independentes dos projetos societários, uma vez que lhe serve de meta, objetivos com finalidades próprias.

Frente a essa compreensão, Forti e Coelho (2015, p. 15), destaca que o projeto ético-político profissional representa desdobramentos de uma inspiração mais crítica iniciada na profissão a partir da década de 1960, com o movimento de Reconceituação do serviço social latino-americano, como vimos anteriormente, e,

está intimamente relacionado com a estrutura macrosocietária tendo em vista a própria história da profissão. Historicizando acerca do mencionado projeto ético-político, Assunção Mota (2011, p.57) retrata que a sua origem está vinculada a um contexto profissional de grande recusa e crítica aos métodos conservadores e tradicionais que historicamente perpassam a profissão.

Foi durante o III Congresso Brasileiro de assistentes Sociais, em 1979, na cidade de São Paulo, que a categoria profissional passou a legitimar uma nova direção ética, teórica e prática. Este congresso ficou conhecido como “Congresso da Virada”, e representa um marco da já apresentada intenção de ruptura, uma das direções do processo de renovação do serviço social brasileiro.

De acordo com Guerra (2009) a partir deste Congresso se estabelece um amplo processo de mudança no seio da profissão, cabe destacar: a) a maior vinculação com a classe trabalhadora; b) laicização e ampliação da profissão; c) inserção acadêmica e científica da profissão; d) maior militância política contra a ditadura; e) a criação de uma proposta metodológica no campo do trabalho; f) amplo desenvolvimento organizativo das entidades como conselhos regionais e conselho Federal; g) mudanças no perfil profissional. Explica ainda a autora, que apesar de todas essas transformações, o desenvolvimento do projeto profissional vinculado à classe trabalhadora e superação da ordem burguesa, só se deu na década de noventa após um significativo acúmulo teórico por parte da categoria nas bases de formação e atuação profissional. Foi nessa perspectiva, destaca Assunção Mota (2011 p. 57), que as mudanças de fato só foram possíveis após o redimensionamento do ensino quando se introduziu conteúdos que vislumbravam uma formação profissional com fundamentos para responder às demandas sociais existentes devido ao agravamento das expressões da “questão social” no interior do desenvolvimento capitalista, isto é, quando se assume uma postura crítica frente à realidade e busca-se a ressignificação das práticas interventivas tradicionais com a incorporação de um viés teórico-metodológico inspirado na tradição marxista.

Debates acerca do projeto ético-político do serviço social têm sido recorrente e pauta obrigatória no meio acadêmico e em espaços de debates e/ou intervenções profissionais. Dão-se frente à necessidade de um exercício profissional direcionado à construção de uma ordem social que, de acordo com Netto (2001), seria uma sociedade “sem exploração/dominação de classe, etnia, gênero e posicionamento

favorável à consolidação da democracia”. Buscando efetivar a dimensão técnico, teórico-metodológico constitutiva do projeto em discussão.

Uma importante pergunta sempre surge quando falamos do projeto do serviço social, afinal o que é um projeto ético-político? Para Braz (2005), “se trata de uma projeção coletiva que envolve sujeitos individuais e coletivos em torno de uma determinada valoração ética que está vinculada a determinados projetos societários”. Ainda de acordo com o autor, um projeto coletivo, na sua construção, pode ser conservador ou transformador/emancipatório. Podemos então entender que projetos profissionais estão relacionados com projetos societários, e podem estar em concordância como o projeto hegemônico de sociedade, ao mesmo tempo, existe a possibilidade da elaboração de projeto contra-hegemônico, que está intimamente vinculado a um projeto de transformação da sociedade, estes projetos coexistem e buscam constituir-se como o principal de um grupo profissional ou social. Em síntese os projetos coletivos – sejam eles societários ou profissionais – dizem respeito à escolha de valores, às condições objetivas, as intencionalidades e os meios para alcançá-las.

No âmbito da categoria profissional de Serviço Social, Netto (2001) foi um dos primeiros autores a escrever sobre o assunto. Na sua exposição, o autor apresentou o projeto ético-político como “autoimagem” da profissão, de construção coletiva, cuja materialização se dá através de componentes legais, técnicos e éticos direcionando assim o fazer profissional.

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (Netto 2001, p.4)

Na busca pela realização do Projeto ético político profissional, o autor ressalta a importância da constante afirmação dos princípios e valores elencados no Código de Ética Profissional de 1993, como o reconhecimento da liberdade, da autonomia e da emancipação como centrais, além da plena conquista dos direitos sociais, da

defesa intransigente dos direitos humanos, contrário ao autoritarismo e qualquer tipo de arbítrio. Ainda defende o aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia, bem como socialização da participação, do acesso a bens e serviços. Entre outros valores, como: posicionamento a favor da equidade e da justiça social, empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a garantia do pluralismo e por fim e não menos importante, o compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais. Tais princípios estão intimamente ligados à Lei 8.662 de 1993 que regulamenta a profissão de assistente social e das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. Juntos, esses aparatos jurídicos dão base legal para a constituição do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, afinal determinam e fundamentam tanto a formação quanto o trabalho profissionais.

Mas afinal qual a importância em debater o projeto ético-político do serviço social no Brasil? Há um consenso por parte dos estudiosos do tema, que dada a sua característica de projeto contra-hegemônico, é um grande desafio a sua consolidação, afinal o cenário socioeconômico no qual ele se estabelece não é um terreno fértil para germinar tendências contestatórias ao padrão de acumulação capitalista.

Assunção Mota (2011, p. 58) afirma que é possível identificar fortes dilemas acerca da efetivação do projeto ético-político, pois, no seio da categoria há posicionamento otimista acerca do mesmo, mas também há quem apresenta obstáculos quanto a sua efetivação. Destaca nesse contexto o pensamento de Barata (2009, p.13) que questiona se é possível um projeto ético-político balizar a formação e o exercício dos profissionais ou se apenas trata de uma pretensão imprecisa, duvidosa, de incipiente clareza, que se expressa mais uma frase de muito efeito e de pouca consistência.

Observa-se nas últimas décadas uma maior obstaculização à materialização do projeto ético-político do serviço social, dado ao pensamento neoliberal que coloca o mercado e o consumo, o individualismo possessivo, bem como, a lógica contábil e financeira sobrepondo as reais prioridades humanas e sociais, ampliando assim as desigualdades através da concentração de renda, poder, ciência e cultura, conforme sinalizado por Iamamoto (2013).

Com base nessas argumentações que se torna imprescindível alargar as discussões acerca do projeto ético-político num cenário de tensões e contradições da sociedade atual.

Desta forma entendemos que a primeira ideia a ser desmistificada é que não se trata de um documento sistematizado, que o profissional irá receber após sua colação de grau ou ao efetivar sua inscrição no conselho regional, este projeto supõe a construção de estratégias e intervenções capazes de se contrapor a ordem social vigente, trata-se então de um aporte teórico, ético e político para a construção de uma sociedade alternativa à capitalista, onde não tenhamos a exploração de um homem por outro.

A segunda questão que acreditamos merecer destaque, diz respeito sobre a efetivação do referido projeto, que só será possível se houver uma real articulação da teoria com a realidade – o par, teoria e prática, entendido como unidade – imbricadas num contexto mais amplo da estrutura social. E por fim, mas não menos importante, a urgente necessidade de maior apropriação dos princípios do Código de Ética profissional como basilares da atuação profissional entendendo-os como elementos importantes no discurso político-ideológico, mas se limitando a eles. Braz ressalta que esta temática é mais complexa ainda, pois exige uma compreensão de variados documentos políticos e legais afeitos à profissão, bem como, questões culturais, políticas e econômicas que perpassam e articulam os projetos coletivos e societários.

## **A PRESENÇA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA UNIGRANRIO.**

A “formação constitui-se como um dos pilares do projeto ético-político e nele se firma” destacam Abreu, Merlim & Santos (2011, p. 786) ao retratar a posição das entidades do serviço Social brasileiro na defesa da formação e do projeto ético-político. Ressaltam ainda que desde 1979, com o Congresso da Virada, a formação profissional constitui-se numa prioridade, através da dimensão acadêmica e nas suas dimensões políticas-administrativas, no entanto destaca que o processo de formação começa a conviver com as medidas deletérias do Estado neoliberal e que

refletem diretamente na qualidade do ensino e na precarização das políticas sociais, com perdas significativas no campo da educação.

Observa Koike (2009, p. 1) que no campo profissional do serviço social manter a formação de forma permanente e crítica à atualização, são exigências imediatas. Tal afirmação está calcada num contexto no qual, o sistema capitalista no enfrentamento de suas próprias crises põe novas demandas à profissão, seja no campo da formação técnica especializada, seja na própria organização da categoria frente à realidade que lhe é apresentada. Para exemplificar, a autora utiliza-se de Gramsci quando ele diz nos Cadernos do Cárcere (2001) que:

O novo padrão societário impõe outra maneira de trabalhar, viver e pensar exigindo atuação na subjetividade do trabalhador para consolidar a sociabilidade do capitalismo reatualizado. Trata-se de produzir o “novo homem” e o “novo trabalhador” de acordo com as atuais necessidades de reprodução capitalista. (2009, p.4)

Nessa discussão, a autora enfatiza que a atual configuração pedagógica e socioinstitucional no Brasil apresentam critérios de aferição da empregabilidade e de desempenho que substitui conceitos como, qualificação, diploma e profissão – predominantes no fordismo – para uso de conceitos como “competências”, “habilidades” constituindo assim “ferramenta para agir, instrumento para ter êxito social”, no qual destaca Vasconcelos (2003)

Entre essas mudanças institucionais, uma das noções mais utilizadas é a de “competência” que tende a se substituir à de conhecimentos ou, no universo profissional, à de qualificação. Este uso, em contextos de ação social diversos, da noção de competência liga-se a objetivos amplos como “aprender a ser, a fazer, a viver junto, a conhecer” etc. (VASCONCELOS, 2003, p. 1046)

Destaca Almeida & Rodrigues (2012, p.105) que há nesse contexto todo um discurso educacional ligado à habilitação técnica, social e ideológica subordinando a educação às necessidades do capital. E ainda destacam nesta apreensão é que, o que muda na verdade “é a passagem do trabalhador adestrado para um trabalhador com capacidade de abstração mais elevada e polivalente”. Logo, nesta visão, esclarece que no campo de formação profissional do assistente social imprescindível recuperar o debate acerca da dimensão pedagógica da prática profissional, e a

ênfase no seu caráter emancipatório, com base nas dimensões teórico-prática, das forças organizadas, dos movimentos sociais comprometidos, e, sobretudo, com a construção de um projeto societário contra hegemônico.

Pereira (2012, p. 52) adverte que conhecer a forma como vem se dando a expansão dos cursos de Serviço Social no Brasil é imprescindível para apreender os possíveis impactos no perfil do profissional de Serviço Social, indicando às unidades formadoras de ensino comprometidas com o projeto de formação da ABEPSS e ao conjunto CFESS/CRESS e a ENESSO, cujo projeto ético-político exige uma formação reflexiva e não meramente uma diplomação profissional.

Conjugada à afirmação de Pereira é que nos dispusemos a tratar de forma breve sobre a concepção de formação no curso de Serviço Social da Unigranrio e, sobretudo, sobre a presença do projeto ético-político nesse processo.

O curso de Serviço social da UNIGRANRIO torna-se legalmente reconhecido pela portaria nº 401 de 24 de março de 2009, portanto implantou sua primeira turma em agosto de 2003 no Campus 1 – Duque de Caxias, com curso na modalidade presencial. O curso tem sua expansão em 2012 para o campus - Nova Iguaçu e Magé em fase de reconhecimento pelo MEC. Tem como lema e visão institucional “Ir Além da Sala de Aula”, que consiste na entrega de valores à sociedade, empenho na oferta de uma educação que participe ativa e permanentemente das comunidades em que se insere e atue como agente de transformação social por meio de projeto de ensino, pesquisa e extensão.

O curso de Serviço Social foi inserido no portfólio de cursos da UNIGRANRIO com a missão educacional de formar alunos a partir de valores e princípios constantes no PDI, no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (1993), nos preceitos da Lei de Regulamentação da Profissão do Assistente Social (Lei 8.662/93), bem como na direção do processo formativo apontado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Serviço Social desenvolvidas pela ABEPSS. (UNIGRANRIO, 2014).

Desta forma, a graduação em serviço social na UNIGRANRIO tem como objetivo a formação para o exercício profissional, mas também visa à formação de um ser humano com visão holística, apto para interpretação de um papel socialmente atuante, informado sobre as questões globais que permeiam o seu meio

cultural, social e econômico, a partir de valores e princípios constantes no Código de Ética, Lei de regulamentação da Profissão e Diretrizes Curriculares conforme já mencionados.

A formação profissional no âmbito da faculdade aponta para um conjunto de conhecimentos articulados em três núcleos de fundamentação para a formação profissional: a) Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social - que enfoca o conhecimento do ser social enquanto totalidade histórica, inserida na sociedade burguesa num movimento contraditório; b) Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórico da Sociedade Brasileira - que visa conhecer a sociedade brasileira nas suas diversas complexidades e, c) Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional – busca compreender o Serviço Social como especialização do trabalho, com sua trajetória histórica, teórica, metodológica, ética que envolve o exercício profissional.

Associado ao núcleo de fundamentos do trabalho profissional, o Laboratório de Ensino, Extensão e Pesquisa em política Social e Serviço Social - LEEPSS – que tem como numa perspectiva a sistematização das ações da Universidade no âmbito das políticas sociais, e o Curso de Pós Graduação, cujo objetivo é articular a graduação, pós-graduação e diferentes atores como discente, docentes e profissionais internos e externos. Ambos buscam qualificar as ações profissionais no âmbito da universidade bem como fora dela nas articulações.

Tais informações, não visam por si só, descrever o formato do curso de serviço social da Unigranrio, de forma panfletária, nossa intenção maior é mostrar o quanto é possível vivenciar práticas reflexivas e analíticas bem como ter uma visão crítica na apreensão das particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país.

De acordo com Braz (2005) a materialidade do projeto ético-político pode se dar com base em três dimensões: a) produção do conhecimento no interior da profissão; b) dimensão política-organizativa; c) e dimensão jurídico-política.

Porém, estas dimensões precisam ser entendidas de modo complementar e articuladas. No curso de serviço social da UNIGRANRIO elas são buscadas, de forma simples, mas significativa na medida em que:

1. O curso se apropria dos instrumentos formais e legais da categoria - como Código de Ética, Lei de Regulamentação, e Diretrizes da ABEPSS - para

elaboração das suas diretrizes e publiciza através das formulações como Projeto Pedagógico Institucional e Diretrizes Curriculares para o Curso, conforme mencionado no corpo do texto.

2. Constrói junto aos profissionais e centro estudantil a realização da Semana Acadêmica, enfocando com os diversos segmentos, alunos, professores, supervisores do campo de estágios e divulgação pública temática relacionada ao Projeto Ético Político Profissional trazendo para ciclo de exposição e debate profissionais referenciais no assunto para reflexão.
3. Orienta e viabiliza a elaboração das avaliações com textos voltados para a formação ética e profissional do discente, além, de articular com temas do cotidianos a partir de conteúdos veiculados pela mídia televisiva, radiofônica ou impressa buscando correlacionar teoria e prática numa unidade indissociável.
4. Articulação com órgãos da categoria profissional favorecendo intercâmbio entre alunos, profissionais e órgãos de classe sistematicamente. À medida que são pensadas e planejadas visitas institucionais semestralmente para as turmas de primeiros períodos de forma reconhecer na profissão campo de formação, atuação, crescimento pessoal e profissional.
5. Fomenta a participação dos docentes e discentes nos Conselhos de Direito dos municípios, tendo representatividade em Duque de Caxias no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal da Assistência Social e Conselho Municipal de Políticas para Mulheres.

Nessa perspectiva, conforme nos informa Braz (2005) essas dimensões devem ser compreendidas numa direção que envolve valores, compromissos sociais e princípios ético profissionais. Ainda que, imprescindível uma análise das condições objetivas e subjetivas da realidade e das ações políticas, na sua compreensão, iluminada pelas mesmas análises.

Koike (2009, p.16) reforça a importância de análise crítica no campo da formação profissional, ao reconhecer que esse debate se instaura e se torna mais complexo num contexto em que se prolifera cursos com finalidade empresarial, onde

o princípio da flexibilidade curricular com a simplificação e ligeireza da formação põe em risco os avanços construídos a duras penas pela categoria e suas entidades acadêmicas e organizações, quando se busca uma formação de qualidade e comprometida com os princípios éticos profissionais, bem como, a superação de uma sociedade que se sustenta com base nas desigualdades sociais, dominação e exploração sobre classes sociais. Como diz Almeida & Rodrigues (2012, p. 93) compreendemos que não se deve pensar a educação e todos os outros direitos sociais e humanos de modo desvinculado das condições reais em que produzimos nossa existência.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Buscou-se a partir desta elaboração refletir acerca dos fundamentos da profissão de serviço social no Brasil, articulado ao projeto ético-político profissional – a uma história em construção.

Como profissionais de Serviço Social, atuantes nas diversas frentes de trabalho e de política sociais, somos chamados cotidianamente para intervir nas chamadas expressões da “questão social” e sem precisar se aprofundar na análise temos, na atualidade, um cenário de grande dificuldade, pessimismo e desalento, que, contudo, nos desafia a entendê-lo e de forma coletiva ser criativos na busca de sua superação.

O contexto em que se inscreve essa discussão é o da mundialização do capital, no qual se aprofundam as desigualdades sociais e se precariza as condições de vida do trabalhador. Contexto de crise econômica, política, de construções de novos valores sociais e culturais, cujo resultado mais grave desse processo é a degradação da vida humana e da natureza, com reflexos a redução das garantias mínimas conquistadas historicamente pela luta da classe trabalhadora, bem explicitada, inclusive na história da profissão.

O Serviço Social ao longo de sua história emergiu, se profissionalizou e se institucionalizou a partir da execução de serviços e políticas sociais voltadas para o controle e o enfrentamento das expressões da questão social. Na sua trajetória se inscreveu na divisão social e técnica do trabalho numa perspectiva de atender a um projeto de sociedade voltado para exploração e integração da classe trabalhadora à lógica do capital. Mas no decorrer histórico, influenciado e apropriando-se de uma perspectiva crítica, buscou-se romper com esta visão e desde então, vem traçando suas ações com base num projeto profissional que visa o rompimento com posturas reacionárias, tradicionais e (neo) conservadoras numa perspectiva de construção de uma sociedade mais justa e democrática nos acessos aos direitos.

Cabe ressaltar que o posicionamento crítico profissional, o qual vem se solidificando nas últimas três décadas, é, de certo modo, uma elaboração recente, visto que o Serviço Social brasileiro está próximo de completar oitenta anos.

Isto é, somente a partir da década de 1980, que a luta travada por grande parte da categoria profissional, procurando formular uma alternativa ao conservantismo profissional que se manifestava até então, culminou na elaboração de um projeto profissional vinculado aos interesses da classe trabalhadora e na perspectiva de contribuição profissional dirigida à construção de uma nova ordem societária, sem que haja exploração de uma classe sobre outra. Referimo-nos aqui ao projeto ético-político profissional.

A materialização desse projeto, como já sinalizado, constitui-se num grande desafio e para tanto, “necessário conjugar competência política, teórico-metodológica e realidade socioeconômica com os valores preconizados no Código de Ética Profissional” que tem como valor central a liberdade, emancipação dos indivíduos, numa defesa intransigente dos direitos humanos e sociais, destacado por Simas & Ruiz(2015, p.91)

Nossa expectativa com esse texto é contribuir para o debate do tema Projeto ético-político e os fundamentos da profissão, contudo sem a pretensão de esgotá-lo, dada a complexidade do assunto e a emergência de debates mais aprofundados seja na academia ou no campo profissional. Esperamos com a realização deste artigo, trazer para o corpo docente e discente do Curso de Serviço Social da UNIGRANRIO o interesse em aproximar-se e aprofundar a temática discutida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. H. E; MELIM, J. I; SANTOS, C. M. dos. *As entidades do Serviço Social brasileiro na defesa da formação profissional e do projeto ético-político*. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 108, p. 785-802, out./dez, 2011.

AGUIAR, A. G. *Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, N. L. T. de A. & RODRIGUES, M. C. P. *O campo da educação na formação profissional em Serviço Social*. In: Pereira, L. D & ALMEIDA, N. L. T. Serviço Social e Educação. Coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

ASSUNÇÃO MOTA, A. M. *Projeto ético político do serviço social: limites e possibilidades*. Textos & Contextos (Porto Alegre), vol. 10, núm. 1, enero-julio, 2011, pp. 56-68 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, RS, Brasil.  
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/8031/6439>, pesquisada em 27 de junho de 2015.

BARATA, J. T. *Da Barbárie ao paraíso*. Revista Inscrita, Brasília, não 8, n.12, 2009.

BRAZ, M.M.R. *Notas sobre o Projeto ético-político o Serviço Social*. In. <http://www.funorte.com.br/files/servico-social/29.pdf>, pesquisado em 03 de abril de 2015.

CARDOSO, P. F. G. *Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil*. São Paulo: Papel Social, 2013.

CASTRO, M. M. *História do Serviço Social na América Latina*. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FORTI, V. *Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

FORTI, V; GUERRA, Y. (org.). *Projeto ético-político do Serviço Social: contribuições à sua crítica*. Rio de Janeiro, Lúmen Júris, 2013.

GUERRA, Y. *A “Virada” do Serviço Social*. Revista Inscrita, Brasília, ano 8, n.12, 2009.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos*. 12 ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. e CARVALHO R. de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 25. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

KOIKE, M. M. *Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais*. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABPSS, 2009.

NETTO, J.P. *A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social*. Serviço Social e Saúde, Brasília, CFESS/ABEPSS/ CEAD/ UnB, 2001.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ORTIZ, F. G. *O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PEREIRA, L. D. *Expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade de EAD no Brasil: análise da tendência à desqualificação profissional*. In: PEREIRA L. D & ALMEIDA, N. L. T. Serviço Social e Educação. Coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

UNIGRANRIO. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social. Duque de Caxias/Nova Iguaçu/Magé, 2014.

SIMAS, Fabio do Nascimento & RUIZ, Jefferson Lee de Souza. Exercício profissional: uma mediação central entre direitos humanos e o projeto ético-político do serviço social brasileiro. In: FORTI, V; GUERRA, Y. (org.). *Projeto ético-político do Serviço Social: contribuições à sua crítica*. Rio de Janeiro, Lumen Júris, 2015.